

Consumidores vão pagar R\$ 1,4 bilhão a mais para cobrir déficit do setor elétrico

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) abriu ontem (7) consulta pública para a revisão no orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) de 2018. Pela proposta, o aumento no fundo será de R\$ 1,446 bilhão. O valor será repassado por meio da tarifa de energia, na conta de luz. Com isso, o valor final das despesas do fundo deve passar esse ano de R\$ 18,843 bilhão para 19,625 bilhão. As audiências estão previstas para acontecer entre os dias 8 e 28 de agosto.

A CDE é usada para custear diversas políticas públicas do setor elétrico brasileiro, como o subsídio à conta de luz de famílias de baixa renda; programas como o Luz Para Todos; pagamento de indenizações a empresas e compra de parte do combustível usado pelas termelétricas.

O aumento da CDE foi proposto pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), responsável por administrar o fundo. Uma avaliação da CCEE verificou que o orçamento previsto para 2018 seria insuficiente para pagar todas as despesas.

Os custos do aumento serão repassados às tarifas das distribuidoras que ainda passarão por reajustes tarifários esse ano. Para as demais, o valor deverá ser compensado nos processos do ano que vem como componente financeiro. Entre os fatores que pesaram na proposta de reajuste estão o aumento dos descontos tarifários concedidos aos usuários dos serviços de distribuição de energia elétrica.

Do total do orçamento previsto inicialmente, cerca de R\$ 7 bilhões referem-se aos descontos tarifários concedidos a consumidores rurais, irrigação



Pela proposta, o aumento no fundo será de R\$ 1,446 bilhão. O valor será repassado por meio da tarifa de energia, na conta de luz.

e aquicultura, água/esgoto/saneamento e distribuidoras de pequeno porte. Também pesou a prorrogação até dezembro do

regime de operação temporária pela Eletrobras das distribuidoras dos estados de Alagoas, Amazonas, Acre, Rondônia,

Roraima e Piauí que reduziu a disponibilidade de cerca de R\$ 770 milhões para a receita da CDE (ABR).

Denúncias de violência contra a mulher chegam a 73 mil, em 2018

A Lei Maria da Penha completou 12 anos ontem (7) em meio a várias notícias de crimes cometidos contra mulheres, principalmente homicídios. Sancionada em 7 de agosto de 2006, a Lei 11.340 representa um marco para a proteção dos direitos femininos ao endurecer a punição por qualquer tipo de agressão cometida contra a mulher no ambiente doméstico e familiar. Em pouco mais de uma década de vigência, a Lei motivou o aumento das denúncias de casos de violação de direitos.

Segundo o Ministério dos Direitos Humanos, que administra a Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, o Ligue 180, foram registradas no primeiro semestre quase 73 mil denúncias. O resultado é bem maior do que o registrado (12 mil) em 2006, primeiro ano de funcionamento



Maria da Penha Maia, que ficou paraplégica depois de levar um tiro de seu marido.

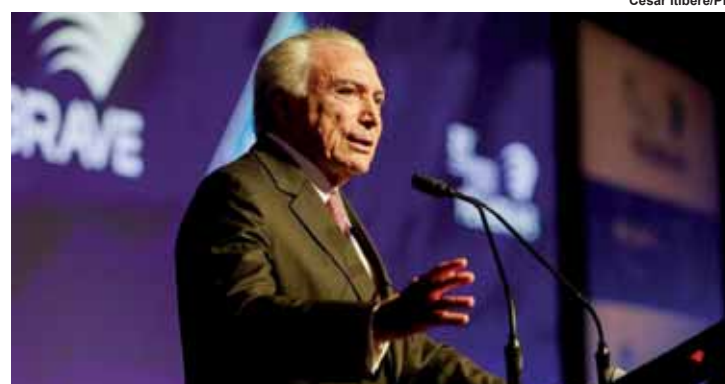
da Central. As principais agressões denunciadas são cárcere privado, violência física, psicológica, obstétrica, sexual, moral, patrimonial, tráfico de pessoas, homicídio e assédio no esporte.

As denúncias também podem ser registradas pessoalmente nas delegacias especializadas em crime contra a mulher. A partir da sanção da Lei Maria da Penha, o Código Penal passou a prever estes tipos de agressão

como crimes, que geralmente antecedem agressões fatais. O código também estabelece que os agressores sejam presos em flagrante ou tenham prisão preventiva decretada se ameaçarem a integridade física da mulher.

Pela primeira vez, a Lei também permitiu que a justiça adote medidas de proteção para mulheres que são ameaçadas e correm risco de morte. Entre as medidas protetivas está o afastamento do agressor da casa da vítima ou a proibição de se aproximar da mulher agredida e de seus filhos. A lei leva o nome de Maria da Penha Maia, que ficou paraplégica depois de levar um tiro de seu marido. Até o atentado, ela foi agredida pelo cônjuge por seis anos. Ela ainda sobreviveu a tentativas de homicídio pelo agressor por afogamento e eletrocussão (ABR).

Temer: próximo governo 'terá de concluir' reformas



Michel Temer na abertura do 28º Congresso da Fenabrave.

O presidente Michel Temer afirmou ontem (7) que o próximo presidente eleito no Brasil terá de concluir as reformas que não foram finalizadas em seu governo, como a reforma da Previdência. "Fincamos estacas, estabelecemos pilares que nenhum governante que venha conseguirá modificar. Ao contrário, vão ter que continuar com as reformas que começamos e não pudemos concluir", disse o presidente, em discurso durante o 28º Congresso e Expo da Fenabrave, na capital paulista.

Temer destacou a importância do setor para a economia, como responsável por 7,4 mil distribuidores de veículos, pela geração de 300 mil empregos diretos e por 3,5% do PIB. Disse que os profissionais do setor atuam com dinamismo e agilidade, contribuindo para a recuperação da economia

brasileira. O presidente disse que o governo vem agindo lado a lado com representantes da indústria de veículos e trabalhadores do setor na elaboração do Programa Rota 2030, que impulsiona o desenvolvimento da indústria automotiva, com total atenção à expectativa dos consumidores.

O programa vai incentivar a produção de mais veículos, com melhor qualidade, segurança, tecnologia e eficiência energética. O ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge, ressaltou o lançamento do Programa Rota 2030, no início do mês passado. Marcos estima que, nos próximos 15 anos, o país terá carros mais eficientes e seguros. "Um dos grandes pilares é o estímulo à modernização do setor, fundamental para a recuperação da economia brasileira" (ABR).

Judiciário atua para evitar 'esmagamento' de minorias

Brasília - Perto de assumir a presidência do STF, o ministro Dias Toffoli afirmou ontem (7), que muitas vezes cabe ao Judiciário o "difícil papel de restringir a vontade popular em nome da proteção dos direitos fundamentais, evitando assim o esmagamento de minorias. As maiorias têm que ser contidas, porque se a maioria decide esmagar a minoria, quem vai garantir a minoria?", declarou Toffoli, que lembrou de temas relevantes que foram decididos pela Corte.

Toffoli participou de um seminário sobre direitos humanos, os '30 anos da Constituição Federal' e os '70 anos das Declarações Americana e Universal' no UniCEUB. Durante a palestra, Toffoli admitiu que alguns "arranca-rabos" ocorrem entre ministros durante as votações, mas que isso faz parte da "essência da democracia". Também afirmou que as divisões na Corte são saudáveis.

Toffoli comparou as diferenças nas formas de tomar decisões entre o Legislativo e o Judiciário. Deputados e senadores, disse, só precisam votar "sim", "não" ou "abstenção" nas apreciações, enquanto



Ministro do STF, Dias Toffoli.

os magistrados precisam dar embasamento para seus votos para garantir a legitimidade. O ministro citou frases do escritor Umberto Eco e do sociólogo Zygmunt Bauman para destacar que o país vive hoje um momento de muita incerteza. Mencionou um cenário onde instituições são atacadas e a hierarquia é questionada, o que faria parte de um processo histórico de idas e vindas. "É necessário mais democracia, mais participação, mais atuação das pessoas na construção da sociedade", afirmou. Ele disse também que "viver no Brasil é um privilégio" e que "o Brasil é país em construção" (AE).

Brasil vive nova década perdida, diz secretário

São Paulo - O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto de Almeida, disse ontem (7), que, a exemplo dos anos 80, o Brasil vive mais uma década perdida em virtude de erros cometidos por governos passados. Ao abrir um congresso realizado na capital paulista pela Apimec, Mansueto observou que o País terá que crescer a um ritmo anual de 3% para anular completamente os efeitos da última recessão.

"A década de 80 ficou conhecida como a 'década perdida' porque o PIB per capita cresceu pouco. Nós estamos numa década perdida. Se o Brasil crescer 3% até 2020, vamos recuperar o que produzimos em 2011 e 2012", disse. A boa notícia, ponderou o secretário, é que a economia tem condições de crescer entre 3% e 4% ao ano, dado o cenário de juros mais baixos, com inflação controlada e uma ociosidade que abre uma "avenida" para o crescimento nos próximos anos.

A condição para isso, conforme sustentou, é que o País persista na agenda de reformas, em especial a reforma da Previdência. "O Brasil não será mais um país jovem nos próximos 30 ou 40



Secretário do Tesouro Nacional, Mansueto de Almeida.

anos. Os países crescem menos quando ficam velhos", frisou o secretário, acrescentando que o risco será "muito grande" se o País não chegar a consenso nem em relação à proposta de idade mínima de aposentadoria de 65 anos, com período de transição de duas décadas.

Mansueto observou que, se hoje entre sete e oito trabalhadores sustentam os pagamentos de aposentados com mais de 65 anos, em 2060, essa relação vai cair para dois brasileiros na ativa a cada aposentado. "Essas duas pessoas terão que produzir o que hoje é produzido por sete" (AE).

Justiça Eleitoral tem como 'coibir' crimes contra a honra

O presidente do TSE, Luiz Fux, afirmou ontem (7) que a Justiça Eleitoral dispõe de instrumentos legais para impedir que o debate político descambe para a prática de crimes contra a honra, como a calúnia, a injúria e a difamação. Segundo o presidente do tribunal, embora a liberdade de expressão seja um dos pilares da vida democrática, precisa ser exercida com ética e respeito às leis. "Se o debate eleitoral chegar ao nível dos delitos contra a honra, o TSE tem instrumentos capazes de apreciar a criminalização destas condutas e suas consequências", disse Fux ao participar da abertura do seminário Academia da Democracia: Eleições 2018 - Desafios e Perspectivas. Realizado pelo TSE e pela Escola Judiciária Eleitoral, o evento termina hoje (8), na sede do tribunal, em Brasília.

Fux lembrou que a legislação trata das práticas classificadas como crimes contra a honra quando praticados com objetivos eleitorais. "Há tutela legal penal para tudo isso. Sem prejuízo, temos ainda um instrumento eficientíssimo, que é o direito de resposta, que também concedemos", acrescentou o ministro.

O ministro voltou a comentar o impacto negativo das fake news para o debate público, inclusive eleitoral. "Temos que analisar quando a suposta notícia falsa causa um dano irreparável, capaz de eliminar uma candidatura, pois é isso que é a fake news: aquela notícia falsa, a propaganda enganosa que visa destruir a candidatura alheia apontando, no candidato concorrente, fatos que afastem o eleitorado", declarou Fux, lembrando que o TSE sempre puniu a propaganda enganosa e os crimes contra a honra (ABR).

"Não sei se com o passar do tempo comecei a ver as coisas com mais clareza ou se estou ficando míope".

Joel Silveira (1918/2007)
Escritor brasileiro

BOLSAS

O Ibovespa: -0,87% Pontos: 80.346,52 Máxima de +0,85% : 81.742 pontos Mínima de -1,39% : 79.923 pontos Volume: 11,89 bilhões Variação em 2018: 5,16% Variação no mês: 1,42% Dow Jones: +0,5% Pontos: 25.628,91 Nasdaq: +0,31% Pontos: 7.883,66 Ibovespa Futuro:

-1% Pontos: 80.245 Máxima (pontos): 81.885 Mínima (pontos): 79.945 Global 40 Cotação: 779,368 centavos de dólar Variação: 0%.

CÂMBIO

Dólar comercial no balcão Compra: R\$ 3,7662 Venda: R\$ 3,7667 Variação: +0,89% - Dólar Paralelo Compra: R\$ 3,84 Venda: R\$ 3,94 Variação: +1,11% - Dólar Ptax Compra: R\$ 3,7112 Venda: R\$ 3,7118 Variação: -0,26% - Dólar Turismo Compra: R\$ 3,6670 Venda: R\$ 3,9070 Variação: +1,14% - Dólar Futuro (setem-

bro) Cotação: R\$ 3,7760 Variação: +0,73% - Euro (17h30) Compra: US\$ 1,1599 Venda: US\$ 1,16 Variação: +0,42% - Euro comercial Compra: R\$ 4,3670 Venda: R\$ 4,3690 Variação: +1,27% - Euro turismo Compra: R\$ 4,3030 Venda: R\$ 4,5330 Variação: +1,34%.

JUROS

CDB prefixado de 30 dias, 6,41% ao ano. - Capital de giro, 9,77% ao ano. - Hot money, 1,08% ao mês. - CDI, 6,39% ao ano. - Over a 6,40%.

OURO

Ouro Cotação: US\$ 1.213,30 a onça-troy (1 onça-troy equivale a 31,1035 gramas) Variação: +0,06% - Ouro BM&F (à vista) Cotação: 145,650 Variação: +1,5%.